



Simulado Final

TCE RN

Auditor De Controle Externo

Especialidade: Direito

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RN**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/f7qYVoPUup4kbXoQ6>

01 - ☐ C ☐ E	16 - ☐ C ☐ E	31 - ☐ C ☐ E	46 - ☐ C ☐ E	61 - ☐ C ☐ E	76 - ☐ C ☐ E	91 - ☐ C ☐ E	106 - ☐ C ☐ E
02 - ☐ C ☐ E	17 - ☐ C ☐ E	32 - ☐ C ☐ E	47 - ☐ C ☐ E	62 - ☐ C ☐ E	77 - ☐ C ☐ E	92 - ☐ C ☐ E	107 - ☐ C ☐ E
03 - ☐ C ☐ E	18 - ☐ C ☐ E	33 - ☐ C ☐ E	48 - ☐ C ☐ E	63 - ☐ C ☐ E	78 - ☐ C ☐ E	93 - ☐ C ☐ E	108 - ☐ C ☐ E
04 - ☐ C ☐ E	19 - ☐ C ☐ E	34 - ☐ C ☐ E	49 - ☐ C ☐ E	64 - ☐ C ☐ E	79 - ☐ C ☐ E	94 - ☐ C ☐ E	109 - ☐ C ☐ E
05 - ☐ C ☐ E	20 - ☐ C ☐ E	35 - ☐ C ☐ E	50 - ☐ C ☐ E	65 - ☐ C ☐ E	80 - ☐ C ☐ E	95 - ☐ C ☐ E	110 - ☐ C ☐ E
06 - ☐ C ☐ E	21 - ☐ C ☐ E	36 - ☐ C ☐ E	51 - ☐ C ☐ E	66 - ☐ C ☐ E	81 - ☐ C ☐ E	96 - ☐ C ☐ E	111 - ☐ C ☐ E
07 - ☐ C ☐ E	22 - ☐ C ☐ E	37 - ☐ C ☐ E	52 - ☐ C ☐ E	67 - ☐ C ☐ E	82 - ☐ C ☐ E	97 - ☐ C ☐ E	112 - ☐ C ☐ E
08 - ☐ C ☐ E	23 - ☐ C ☐ E	38 - ☐ C ☐ E	53 - ☐ C ☐ E	68 - ☐ C ☐ E	83 - ☐ C ☐ E	98 - ☐ C ☐ E	113 - ☐ C ☐ E
09 - ☐ C ☐ E	24 - ☐ C ☐ E	39 - ☐ C ☐ E	54 - ☐ C ☐ E	69 - ☐ C ☐ E	84 - ☐ C ☐ E	99 - ☐ C ☐ E	114 - ☐ C ☐ E
10 - ☐ C ☐ E	25 - ☐ C ☐ E	40 - ☐ C ☐ E	55 - ☐ C ☐ E	70 - ☐ C ☐ E	85 - ☐ C ☐ E	100 - ☐ C ☐ E	115 - ☐ C ☐ E
11 - ☐ C ☐ E	26 - ☐ C ☐ E	41 - ☐ C ☐ E	56 - ☐ C ☐ E	71 - ☐ C ☐ E	86 - ☐ C ☐ E	101 - ☐ C ☐ E	116 - ☐ C ☐ E
12 - ☐ C ☐ E	27 - ☐ C ☐ E	42 - ☐ C ☐ E	57 - ☐ C ☐ E	72 - ☐ C ☐ E	87 - ☐ C ☐ E	102 - ☐ C ☐ E	117 - ☐ C ☐ E
13 - ☐ C ☐ E	28 - ☐ C ☐ E	43 - ☐ C ☐ E	58 - ☐ C ☐ E	73 - ☐ C ☐ E	88 - ☐ C ☐ E	103 - ☐ C ☐ E	118 - ☐ C ☐ E
14 - ☐ C ☐ E	29 - ☐ C ☐ E	44 - ☐ C ☐ E	59 - ☐ C ☐ E	74 - ☐ C ☐ E	89 - ☐ C ☐ E	104 - ☐ C ☐ E	119 - ☐ C ☐ E
15 - ☐ C ☐ E	30 - ☐ C ☐ E	45 - ☐ C ☐ E	60 - ☐ C ☐ E	75 - ☐ C ☐ E	90 - ☐ C ☐ E	105 - ☐ C ☐ E	120 - ☐ C ☐ E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/yH92>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Homens adoecem mais e vivem menos do que as mulheres em quase todos os países, segundo uma revisão global da Universidade do Sul da Dinamarca.

A pesquisa analisou marcadores de gênero em saúde em mais de 200 países, focando em hipertensão, diabetes e HIV/Aids. Os resultados mostram que homens têm taxas mais altas dessas doenças, morrem mais cedo por causa delas e procuram menos o sistema de saúde, tanto para diagnóstico quanto para tratamento.

O estudo aponta fatores sociais e culturais como principais explicações para esse padrão. As normas de gênero, os comportamentos de risco e a associação entre doença e fragilidade ajudam a afastar os homens do cuidado com a saúde. Eles costumam fumar mais, negligenciar prevenção e minimizar sintomas.

"Historicamente, o estereótipo do 'ser homem', associado a fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, causa impactos negativos na saúde do homem", diz o médico de família e comunidade Wilands Patrício Procópio Gomes, do Einstein Hospital Israelita. Entre os exemplos destacados por Gomes, estão a ideia de que estar doente é sinônimo de fragilidade e a falta de conhecimento sobre o próprio corpo e os eventuais sintomas, além do medo de diagnósticos.

No Brasil, dados do IBGE refletem esse cenário. Em 2023, a expectativa de vida masculina era de 73,1 anos, contra 79,7 anos das mulheres, uma diferença de quase sete anos. Os homens também fazem menos consultas de rotina e são mais resistentes a exames preventivos e a tratamentos contínuos. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, 82,3% das mulheres haviam ido ao médico no ano anterior, contra 69,4% dos homens.

Fonte: Revista Planeta. Adaptado.

1. O texto classifica-se como predominantemente argumentativo, o que se evidencia pela organização do discurso e pelo posicionamento do autor em relação ao assunto abordado.
2. De acordo com o estudo mencionado no texto, fatores biológicos são responsáveis pela menor longevidade masculina.
3. Conforme as informações do texto, no Brasil, a expectativa de vida das mulheres era superior à dos homens apenas em 2023.
4. Conclui-se das informações do texto que os homens tendem a fazer menos exames preventivos do que as mulheres.
5. A inserção de uma vírgula imediatamente após o termo "mulheres" (primeiro parágrafo) não prejudicaria a correção textual.
6. Entende-se das ideias do segundo parágrafo que a expressão "dessas doenças", no segundo período, refere-se a "hipertensão, diabetes e HIV/Aids", no primeiro período.
7. O emprego do sinal indicativo de crase é opcional no trecho "ajudam a afastar" (terceiro parágrafo).
8. No segundo período do terceiro parágrafo, a forma verbal "ajudam" está flexionada no plural porque concorda com "doença e fragilidade".
9. Estaria mantida a coerência das ideias do texto caso, no trecho "A pesquisa analisou marcadores de gênero" (segundo parágrafo), a forma verbal "analisou" fosse substituída por "analisa".

10. Pelos sentidos do texto, estaria correto inserir, antes de “Eles costumam fumar mais” (último período do terceiro parágrafo), com a devida alteração de maiúscula e minúscula, a conjunção “Porém”, seguida de vírgula.
11. Os sentidos e a correção gramatical do quarto parágrafo do texto seriam preservados caso se deslocasse o vocábulo “Historicamente” para imediatamente depois de “associado”, com o devido ajuste de maiúsculas e minúsculas.
12. No último parágrafo, o verbo “refletem” está empregado com o mesmo sentido de “espelham”.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Scrunched between luxury apartment buildings and a lush gated community, the neighborhood of Santa Lucía Reacomodo in [Mexico](#) City is a working-class pocket of real estate. Electrical wires tangle above cinder-block houses, stray cats slink down narrow streets, debris piles up on the pavement.

María del Socorro Corona, 79, arrived here decades ago, back when it was just a cactus-covered hillside. The two-bedroom turquoise house she built with her now-deceased husband is crammed with bags of clothes and knick-knacks she sells at a weekly market.

“I have to make money,” she said, “or I won’t eat.”

While most people built their homes here in the 80s and 90s, the area really started to change about 20 years ago, Corona said, when the government constructed a bridge connecting Mexico City to the high-end business district of Santa Fe nearby. Foreigners came wanting to buy up their land, but none of the neighbors wanted to sell.

“So now the rich are over there,” she said, pointing at one of the looming luxury apartment buildings: row upon row of glass balconies with carefully manicured hedges. “And the poor are over here.”

The stark contrast in this little enclave of the capital is a microcosm of a problem that has plagued Mexico for decades: rampant income inequality, with a small slice of the population living in opulence while millions of families languish in poverty.

“Mexico is unbelievably unequal – it’s almost inconceivable,” said Viri Ríos, a public policy expert and director of [Mexico Decoded](#). “Inequality in our country has been around for centuries: we’ve just grown accustomed to living this way.”

<https://www.theguardian.com/world/2026/mar/12/mexico-city-neighborhoods-inequality>

13. Santa Lucía Reacomodo is described as a working-class neighborhood squeezed between luxury apartments and a gated community.
14. Corona points to luxury apartments as evidence that the rich have moved into her neighborhood, displacing the poor residents.
15. The disparity in Santa Lucía Reacomodo exemplifies Mexico's long-standing issue of extreme income inequality, where a small elite lives in luxury while millions remain in poverty.
16. Viri Ríos states that Mexico's inequality is a recent phenomenon that has shocked the population into awareness.
17. María del Socorro Corona sells clothes with her husband.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

Jorge é servidor público e foi acusado de praticar atos de tortura no âmbito da respectiva repartição pública. Os fatos foram devidamente documentados, comprovando-se que ele agiu de forma dolosa, com o objetivo de atingir resultados ilícitos específicos. As investigações, contudo, não indicaram lesão ao erário nem enriquecimento ilícito.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

18. Jorge cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração, podendo sofrer as sanções de multa e de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Julgue os itens a seguir sobre o controle da atividade financeira do Estado.

19. As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros.

20. As contas de gestão dos prefeitos municipais devem ser julgadas pelas câmaras municipais, mas o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer pela decisão de dois terços dos membros do Legislativo.

21. É competência do TCU fiscalizar a aplicação de verbas originárias da União por parte dos demais entes da Federação.

22. O auditor, também designado ministro substituto ou conselheiro substituto, conforme o caso, deve atender aos mesmos requisitos constitucionais para a escolha do membro do Tribunal de Contas, mas o seu provimento depende de aprovação prévia em concurso público.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Herbert Almeida*

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

23. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado manifesta seu voto em todos os processos de deliberação que estejam na pauta de julgamento do Plenário.

24. Nas prestações e tomadas de contas, os gestores devem apresentar exclusivamente a demonstração dos recursos orçamentários, sendo facultativo o registro das receitas extraorçamentárias por constituírem mero movimento de caixa transitório.

25. O pedido de reconsideração, utilizado para debater o mérito da decisão, pode ser interposto em face de decisão proferida pelo Pleno ou Câmara e deve ser apresentado no prazo de quinze dias.

26. O levantamento é o instrumento de fiscalização destinado primordialmente a suprir omissões, lacunas de informações e a esclarecer dúvidas relacionadas a fatos da administração sob exame no Tribunal.

27. A tomada de contas especial possui três objetivos basilares: apurar os fatos que ocasionaram o prejuízo, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado.

**COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INFORMÁTICA
APLICADA AO SP***Renato da Costa*

- 28.** No Windows, o recurso Windows Hello permite autenticação por biometria, como reconhecimento facial ou impressão digital, além do uso de PIN. Nesse contexto, o PIN do Windows Hello é vinculado ao dispositivo em que foi configurado, o que o diferencia da senha tradicional de conta, que pode ser utilizada em outros dispositivos e serviços.
- 29.** No Windows, um volume de disco corresponde necessariamente a um disco físico inteiro; por isso, não é possível que um mesmo disco rígido contenha mais de um volume acessível separadamente pelo sistema operacional.
- 30.** No contexto da comunicação digital, as fake news caracterizam-se pela divulgação de informações falsas ou enganosas com aparência de veracidade, frequentemente disseminadas de forma rápida em redes sociais e aplicativos de mensagens, o que pode dificultar a verificação da fonte e comprometer a formação crítica da opinião pública.
- 31.** Em ambientes de Big Data, a característica denominada variedade refere-se à necessidade de que os dados sejam previamente convertidos para um formato estruturado e homogêneo, a fim de que possam ser processados, ao passo que a velocidade diz respeito exclusivamente ao aumento da capacidade de armazenamento dos servidores.
- 32.** No Microsoft Office, arquivos com extensão .xlsx correspondem, em regra, a pastas de trabalho do Excel sem suporte nativo a macros, ao passo que arquivos com extensão .docx correspondem a documentos do Word; por sua vez, apresentações do PowerPoint salvas no formato padrão baseado em XML costumam utilizar a extensão .pptx.
- 33.** No contexto dos serviços públicos digitais, o acesso ao SOUGOV.BR por meio da conta gov.br exemplifica o uso de SSO (Single Sign-On), uma vez que o usuário utiliza uma autenticação centralizada para acessar serviços integrados sem precisar criar credenciais independentes para cada sistema.
- 34.** O ChatGPT pode ser corretamente classificado como uma GAN (Generative Adversarial Network), pois seu funcionamento baseia-se, essencialmente, na disputa entre uma rede geradora e uma rede discriminadora, característica típica desse tipo de arquitetura.
- 35.** Na Internet das Coisas (IoT), sensores e atuadores podem ser integrados a redes de comunicação para coletar, transmitir e receber dados, permitindo que dispositivos físicos monitorem o ambiente e executem ações automatizadas com base em regras, eventos ou comandos remotos.
- 36.** No Excel, a referência A\$1 é um exemplo de referência mista, pois, ao ser copiada para outra célula, a coluna A poderá ser alterada, enquanto a linha 1 permanecerá fixa.
- 37.** O protocolo SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) é utilizado, em regra, para o envio de mensagens de correio eletrônico, ao passo que protocolos como POP3 e IMAP são mais associados ao recebimento e à sincronização de e-mails pelo usuário.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

P: "Se o sistema falhar, então o alarme soará."

Q: "Se o sistema falhar, então o técnico será notificado."

R: "O alarme soou, embora o técnico não tenha sido notificado."

Considerando as proposições P, Q e R precedentes, julgue os itens a seguir.

38. É válido o argumento que tem por premissas as proposições P, Q e R e por conclusão a proposição "O sistema não falhou".

39. A negação da proposição R pode ser expressa por "O técnico foi notificado, mas o alarme não soou".

40. A proposição $P \wedge Q$ pode ser expressa por "Se o sistema falhar, então o alarme soará e o técnico será notificado".

41. A negação da proposição P pode ser expressa por "Se o sistema não falhar, então o alarme não soará".

42. Considerando a equivalência semântica dos tempos verbais, caso uma nova proposição W dada por "O gerente é avisado ou o sistema é reiniciado" seja adicionada à análise, a tabela-verdade associada à proposição composta $(P \wedge Q \wedge R) \rightarrow W$ terá 16 linhas.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Despesa Pública, julgue os itens que se seguem.

43. Na estrutura da programação orçamentária da despesa, a programação qualitativa abrange, entre

outros blocos, a classificação por esfera, a classificação institucional, a classificação funcional e a estrutura programática; já a programação quantitativa compreende as dimensões física e financeira, sendo a meta física a expressão da quantidade de produto a ser ofertada por ação.

44. O pagamento do principal de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, a devolução de cauções e o pagamento de restos a pagar são exemplos de despesas extraorçamentárias; diversamente, os encargos incidentes sobre a ARO são classificados como despesa orçamentária.

45. Ainda que surjam apenas no curso do exercício, em razão da abertura de créditos adicionais, as despesas correspondentes permanecem classificadas como orçamentárias, pois continuam dependentes de autorização legislativa e não se confundem com saídas de numerário meramente transitórias.

Acerca do assunto Técnica Orçamentária, julgue os itens que se seguem.

46. No orçamento de base zero, a proposta orçamentária é elaborada a partir da reavaliação integral das despesas, sem compromisso com dotações históricas mínimas, exigindo-se que cada gestor justifique detalhadamente os gastos propostos, o que contribui para racionalizar prioridades, embora aumente a complexidade, a lentidão e o custo da elaboração.

47. O orçamento de desempenho ou por realizações supera integralmente as limitações do orçamento tradicional, pois, além de enfatizar o desempenho organizacional, estabelece plena integração entre planejamento central e orçamento, eliminando a principal deficiência das técnicas anteriores.

48. No orçamento tradicional ou clássico, a preocupação dominante não recai sobre metas, resultados ou impacto das políticas públicas, mas sobre a previsão de receitas e a autorização de despesas classificadas por objeto, com predominância do aspecto jurídico-contábil e reduzida integração com o planejamento governamental.

Acerca do assunto Dívida Ativa, julgue os itens que se seguem.

49. A mera ocorrência do fato gerador da obrigação tributária é suficiente para que o crédito seja inscrito em dívida ativa, pois a inscrição tem justamente a função de apurar sua liquidez e certeza e de torná-lo exigível perante o devedor.

50. A receita da dívida ativa restringe-se ao valor principal originalmente devido, porque os acréscimos decorrentes de atualização monetária, multa, juros de mora e encargos têm natureza meramente acessória e, por isso, não integram a receita orçamentária correspondente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Em relação à responsabilidade civil estatal, aos poderes administrativos e aos atos administrativos.

51. O Estado responde de forma subjetiva se um detento, em presídio estadual, sofrer lesões corporais, após briga entre os demais presos, em virtude da omissão em seu dever de cuidado com as pessoas sob sua guarda e responsabilidade.

52. Suponha que um empregado de uma empresa pública que atua em área de exploração de atividade econômica, no exercício de suas funções,

tenha causado dano a um terceiro. Nessa situação, a responsabilidade primária é do Estado, na forma objetiva, e subsidiária do agente público.

53. Em regra, o poder regulamentar autoriza o poder público a expedir atos normativos, ainda que primários, desde que não sejam contrários à lei.

54. Se uma autoridade pública exonerar um servidor ocupante de cargo em comissão, motivando o ato por falta de recursos, mas no dia subsequente realizar a nomeação de outra pessoa para o mesmo cargo, não haverá nulidade, uma vez que se trata de ato de livre nomeação, sendo a motivação, nesse caso, facultativa.

Acerca dos serviços públicos, julgue os itens a seguir sobre a Lei 8.987/1995 e a Lei 11.079/2004.

55. O contrato de parceria público-privada terá a duração de no mínimo cinco anos e no máximo trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.

56. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Considere que o Tribunal de Contas recebeu uma denúncia sobre irregularidades em processo de licitação realizada por uma prefeitura municipal. Ao avaliar a situação, a Corte concluiu pela necessidade de suspender cautelarmente o processo licitatório. O responsável foi intimado e prestou os esclarecimentos cabíveis.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes considerando o teor da Lei 14.133/2021 e as regras sobre o controle da administração pública.

57. A decisão que examinar o mérito da medida cautelar deverá definir as medidas necessárias e adequadas, em face das alternativas possíveis, para o saneamento do processo licitatório, ou determinar a sua anulação.

58. O Tribunal de Contas faz parte da primeira linha de defesa na fiscalização de licitações e contratos, uma vez que é responsável por fiscalizar os procedimentos de contratação, com autonomia e competência técnica.

59. O controle externo, na forma constitucional, compete ao Congresso Nacional, com o auxílio do Ministério Público e do sistema de controle interno de cada Poder.

Jonas é professor de uma prefeitura municipal e deseja prestar o concurso para o Tribunal de Contas do Estado, para cargo de natureza administrativa. Contudo, por ser apaixonado pela profissão de professor, ele não pretende deixar o seu atual cargo, tendo a intenção de acumular os dois cargos.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

60. A acumulação pretendida por Jonas é possível, desde que haja compatibilidade de horários.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

61. Apenas pessoas físicas possuem legitimidade para impetrar habeas corpus, sendo vedada a impetração por pessoas jurídicas.

62. O método jurídico de interpretação constitucional utiliza elementos como o gramatical, o sistemático, o histórico e o teleológico, partindo da premissa de que a Constituição deve ser interpretada como lei,

razão pela qual não pode ser adotado de forma exclusiva.

63. O poder constituinte derivado reformador é subordinado, condicionado e limitado, devendo respeitar as limitações impostas pela CF/1988, como as cláusulas pétreas.

64. A CF/1988 adota uma separação rígida entre os Poderes, vedando o exercício de funções atípicas por qualquer deles.

65. No Brasil, admite-se a inconstitucionalidade superveniente, de modo que lei anterior à CF/1988 incompatível com a nova ordem constitucional deve ser declarada inconstitucional.

66. O estado de defesa pode ser decretado pelo Presidente da República para preservar ou restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional.

67. A Constituição Federal admite a instituição de imposto extraordinário pela União, compreendido ou não em sua competência tributária, desde que em caso de guerra externa ou sua iminência, devendo ser suprimido gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

68. Para Hans Kelsen, a Constituição deve ser compreendida como a somatória dos fatores reais de poder existentes na sociedade, refletindo o poder social efetivo.

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

69. No âmbito da competência legislativa concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais de Direito Financeiro, os Estados poderão exercer competência legislativa plena. Contudo, sobrevindo lei federal sobre normas gerais, a lei estadual anteriormente editada será automaticamente revogada, no que lhe for contrária.
70. O princípio da exclusividade determina que a Lei Orçamentária Anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, admitindo-se, contudo, a inclusão de autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
71. As inversões financeiras, classificadas como despesas de capital, correspondem à aquisição de bens de capital já em utilização, sendo vedada sua utilização para aquisição de títulos representativos do capital de empresas quando a operação não importe aumento do capital.
72. É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de fevereiro, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, com incidência de juros de mora desde o momento de sua apresentação.
73. A despeito de ser proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, a Lei de Responsabilidade Fiscal permite o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder

Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

74. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

75. Com relação à responsabilidade tributária, julgue o item a seguir:
A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.
76. Com relação ao lançamento tributário, julgue o item a seguir:
O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, desde que não modificada ou revogada posteriormente.
77. Com relação à Competência tributária, julgue o item a seguir:
A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.
78. Em relação à Reforma Tributária, conforme alterações realizadas pela EC 132/2023, julgue o item a seguir:
O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da neutralidade e da defesa do meio ambiente.

79. Em relação à Reforma Tributária, conforme alterações realizadas pela EC 132/2023, em relação ao IBS e à CBS, julgue o item a seguir:

O IBS e a CBS observarão as mesmas regras em relação a fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos.

80. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

São inconstitucionais as taxas estaduais pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelos corpos de bombeiros militares.”.

81. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue o item a seguir:

A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

82. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue o item a seguir:

Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

83. A analogia corresponde a um método de interpretação da norma jurídica, em que o intérprete busca esclarecer o seu sentido e alcance para tanto se valendo de uma outra norma jurídica que rege matéria semelhante.

84. Quanto à eficácia, os direitos da personalidade classificam-se como direitos absolutos.

85. O agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado na embaixada em que atua ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

86. O alarme e o som automotivo são considerados partes integrantes do veículo, acompanhando sua entrega em caso de alienação.

87. O vigente Código Civil não admite a existência de nulidades virtuais, pois exige que o negócio jurídico nulo assim seja considerado por determinação expressa de lei.

88. O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

89. No âmbito do contrato de locação automotiva, se o locatário vier a causar danos a terceiros, no uso do carro locado, somente a ele poderá ser imputada a responsabilidade civil, ficando isenta a empresa locadora.

90. Quando o caseiro de um imóvel exerce atos possessórios sob as ordens do seu patrão, sua situação jurídica será de detentor, não de possuidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

91. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à reclamação.

A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

92. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à reclamação.

O presidente do tribunal determinará o cumprimento da decisão após a lavratura do acórdão.

93. Em relação ao cumprimento de sentença, julgue o seguinte item, conforme a jurisprudência do STJ.

A prévia intimação pessoal do devedor para o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer especificada na decisão judicial não é pressuposto para a incidência da multa coercitiva.

94. Em relação aos deveres das partes e de seus procuradores, julgue o seguinte item, conforme a jurisprudência do STJ.

Os advogados não estão sujeitos à aplicação de pena processual por sua atuação profissional, devendo a sua responsabilidade pelo ajuizamento de lide temerária ser apurada em ação própria.

95. Em relação ao mandado de segurança, julgue o item subsequente.

Deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento.

96. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à competência.

O ajuizamento de ação em juízo aleatório não permite a declinação da competência de ofício.

97. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à competência.

Nas causas em que o Estado for autor, será competente o foro de domicílio do réu.

98. Julgue o item subsequente, considerando as disposições processuais da lei de improbidade administrativa.

Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

99. No que se refere aos crimes contra a Administração Pública, pratica o delito de concussão o agente público que, valendo-se de sua função, exige, para si ou para terceiro, de forma direta ou indireta, vantagem indevida.

100. Julgue o item a seguir.

O crime de peculato, previsto no artigo 312 do Código Penal, pode ser cometido apenas por servidores públicos que se apropriam de bens públicos, não admitindo a responsabilização de terceiro que, ciente da condição de funcionário público, pratique crime com este.

101. Em relação ao tema concurso de pessoas, julgue o item a seguir.

No concurso de pessoas, todos os coautores respondem pelo crime na mesma medida, independentemente da participação de cada um.

102. No código penal a culpabilidade é um dos elementos que compõem a estrutura do crime e refere-se à reprovação da conduta do agente, sendo irrelevante, na embriaguez completa provocada caso fortuito ou força maior a capacidade de entendimento do agente no momento da ação.

103. Em observância ao princípio da reserva legal, o direito penal exige que as condutas consideradas criminosas estejam previamente estabelecidas em lei, afastando-se a possibilidade de definição por critérios discricionários do legislador ordinário.

104. Em relação às excludentes de culpabilidade e às hipóteses de extinção da punibilidade, afirma-se que, nos crimes contra a dignidade sexual, o matrimônio entre o autor do fato e a vítima constitui, atualmente, causa de extinção da punibilidade expressamente prevista no Código Penal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

105. Caso Hipotético: Pablo Escobar, segurado regularmente filiado ao RGPS, faleceu deixando um filho de 14 anos e sua mãe inválida, que morava com ele e dependia dele economicamente. **Assertiva:** Havendo o filho habilitado, a mãe de Pablo não terá direito à pensão por morte, mesmo provando dependência.

106. Caso Hipotético: Aracy, contribuinte individual filiado ao RGPS, deseja incluir menor sob sua guarda judicial, que não possui bens ou renda, como seu dependente para fins previdenciários. **Assertiva:** O menor sob guarda judicial deverá equipara-se a filho mediante declaração de Aracy e comprovação da dependência econômica.

107. Caso Hipotético: Marilda, segurada empregada doméstica devidamente filiada ao RGPS, faleceu durante o parto, deixando o filho recém-nascido vivo e seu marido, que também é segurado do RGPS. **Assertiva:** O benefício de salário-maternidade a que Marilda teria direito cessa com o óbito, não sendo transferível ao pai, em qualquer caso.

108. Caso Hipotético: Marcela, contribuinte individual há apenas 8 meses, descobriu que está grávida. **Assertiva:** Nesse caso, Marcela não terá direito ao salário-maternidade, pois exige-se carência de 10 contribuições mensais para a concessão do salário-maternidade para contribuintes individuais.

109. Caso Hipotético: Inácio, segurado do RGPS, faleceu em 13/09/2025. Seu filho, de 15 anos de idade, requereu a pensão em 01/03/2026. **Assertiva:** Diante da situação apresentada, o benefício será devido desde a data do óbito.

110. Caso Hipotético: Marcelino faleceu de causas naturais, tendo 16 contribuições mensais recolhidas ao INSS. Ele era casado com Cláudia há 5 anos. Cláudia, com 45 anos de idade, não possuía qualquer invalidez ou deficiência na data do óbito de Marcelino. **Assertiva:** A pensão por morte devida a Cláudia terá duração vitalícia, nos termos da legislação previdenciária.

111. Caso Hipotético: Flávio e Flávia se filiaram ao RGPS em 2023 como professores de ensino superior. **Assertiva:** Para a aposentadoria programada, Flávio precisará de 65 anos de idade e Flávia de 60 anos de idade, além do tempo de contribuição e carência exigidos.

112. Caso Hipotético: João Paulo recebe aposentadoria programada concedida em janeiro de 2026 e mantém sua atividade como corretor de imóveis. Sofreu um acidente e ficou com sequelas definitivas que reduziram sua capacidade para a atividade habitual. **Assertiva:** Nesse caso, João Paulo poderá acumular o auxílio-acidente com sua aposentadoria.

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO*Guilherme Sant'Anna*

- 113.** O levantamento é o instrumento de fiscalização que consiste em uma ação de controle que permite a coleta e a sistematização de informações do objeto fiscalizado, tendo como objetivo identificar objetos e instrumentos de fiscalização, permitindo a proposição de trabalhos que se mostrarem mais relevantes para o aperfeiçoamento da gestão pública, detecção de irregularidades administrativas, economia de recursos e efetividade social.
- 114.** No que diz respeito ao monitoramento, é possível que sejam monitoradas deliberações que não tenham explicitado as providências que deveriam ser adotadas pelo gestor ou responsável, bem assim aquelas que determinarem, genericamente, o cumprimento de normas.
- 115.** A definição de materialidade auxilia na priorização dos trabalhos de auditoria, podendo ter como base tantos aspectos financeiros – relacionados à valor – quanto elementos qualitativos, como é o caso de questões de interesse social.
- 116.** O relatório de auditoria deve apresentar primordialmente as falhas identificadas e as propostas de aperfeiçoamento, omitindo aspectos positivos que a equipe tenha identificado na execução dos trabalhos.
- 117.** A matriz de achados é um papel de trabalho estruturado, utilizado na fase de execução da auditoria para organizar os principais elementos dos achados, incluindo situação encontrada, critérios, causas, efeitos, evidências e propostas de encaminhamento.

118. A auditoria operacional é uma das vertentes de atuação dos tribunais de contas e, no que se refere à fiscalização de programas de governo, visa contribuir para a melhoria de seu desempenho e, ainda, aumentar a efetividade do controle, por meio da mobilização de atores sociais no acompanhamento e na avaliação dos objetivos, da implementação e dos resultados das políticas públicas.

119. Após a confecção do relatório preliminar de auditoria operacional, esse deve ser submetido à apreciação pelo Tribunal. Os gestores tomam conhecimento do conteúdo do relatório quando de sua divulgação, o que aumenta a efetividade do controle.

120. Enquanto o planejamento da auditoria possui elementos típicos como o estabelecimento dos termos do trabalho e a obtenção do entendimento da entidade ou programa a ser auditado, a execução é pautada pela avaliação de risco ou análise de problema e pela execução de procedimentos para obtenção de evidências suficientes e apropriadas.

Estudo de Caso

No ano de 2025, o Ministério da Infraestrutura celebrou um contrato administrativo de grande vulto com a Construtora Beta para a edificação de um complexo rodoviário. Durante a execução da obra, quatro eventos distintos e sucessivos impactaram severamente o andamento do projeto. Primeiramente, as equipes de escavação encontraram uma densa formação rochosa subterrânea que não constava nos laudos do projeto básico elaborado pelo Estado, o que encareceu abruptamente as fundações. Em um segundo momento, o Governo Federal publicou uma lei que instituiu um novo imposto geral sobre derivados de petróleo, elevando drasticamente o custo do asfalto utilizado na pista. Adiante, o próprio Ministério falhou em providenciar a desapropriação de um terreno essencial para o traçado da rodovia, não liberando a área no prazo contratual para o avanço das máquinas. Conclusivamente, um abalo sísmico imprevisível e sem registros na história da região destruiu um viaduto recém-finalizado pela construtora. Diante de sucessivos transtornos, a empresa protocolou requerimentos para revisar os valores e, até mesmo, extinguir a relação contratual.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Classifique a descoberta da formação rochosa subterrânea em relação às espécies de inexecução sem culpa, explicando o conceito desse fenômeno.
2. Identifique a natureza jurídica da criação do novo imposto geral sobre o asfalto e a sua respectiva consequência para o contrato administrativo.
3. Determine a classificação teórica da falha do Ministério em desapropriar o terreno e apresente o direito garantido à construtora diante dessa omissão específica.
4. Classifique o abalo sísmico sem precedentes e especifique se a empresa contratada possui o dever legal de suportar os prejuízos financeiros resultantes de forma isolada.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
